

Mercadoras do sobrenatural: um estudo sobre mulheres cartomantes no Rio de Janeiro Imperial (1860-1869)

Kathleen de Oliveira Maia

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora - Minas Gerais - Brasil

kathleenomaia@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação de mulheres cartomantes no Rio de Janeiro da década de 1860, compreendendo suas atividades simultaneamente enquanto práticas mágico-religiosas que se ancoravam no contexto social do período e como oportunidade de adquirir rendimentos para sua manutenção diária ou para complementar suas rendas. Para tanto, foram investigadas edições de periódicos circulantes à época, como o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro*, com o intuito de observar em que tipo de questões as cartomantes atuavam, como elas se inseriram na sociedade carioca durante a segunda metade do Oitocentos e como desenvolveram estratégias para promover seus serviços, concomitantemente criando uma representação sobre si mesmas.

Palavras-chave: Cartomancia. Mulheres. Século XIX. Rio de Janeiro.

Introdução

Pensar a inserção das mulheres nos mundos do trabalho no Oitocentos brasileiro sugere uma ampla gama de vieses possíveis de análise, especialmente considerando-se a segunda metade do século, quando o sistema fabril floresce no país e muitas mulheres passam a formar a mão de obra dessas indústrias, como observa Margareth Rago (2004) ao tratar sobre as interseções entre trabalho e sexualidade no fim do século XIX. Muitas pesquisas têm se debruçado sobre a temática da mulher e do trabalho no Brasil nesse período, analisando as sociabilidades entre mulheres operárias (RAGO, 2004), mulheres e educação (VILELA, 2009), o ofício do partejar (BARBOSA; PIMENTA, 2016), dentre outros tantos enfoques que contribuiram densamente para que fosse possível observar como as mulheres se inseriam nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas do período.

Em um breve levantamento realizado a partir do *Recenseamento do Brasil em 1872*, nota-se pelas estatísticas contabilizadas que, no caso da província do Rio de

Janeiro, a quantidade de mulheres livres que afirmam ter profissão configura um total de 97.750, com um maior número de lavradoras (45.709 mulheres), prestadoras de serviços domésticos (23.160 mulheres) e costureiras (14.658 mulheres). Entretanto, seria simplista considerar que dentro do grupo de mulheres livres que responderam ao censo como “sem profissão” (136.389 mulheres) não existam aquelas que realizam alguma atividade que não se encaixava dentro dos parâmetros do censo. No que tange à cor, o *Recenseamento* aponta que, na condição de livres, existiam no Rio de Janeiro 142.680 brancas, 59.703 pardas, 28.198 pretas e 3.700 caboclas. Em relação às mulheres escravas, 36.234 eram pardas e 94.009 pretas. Em relação à nacionalidade, 225.860 mulheres livres eram brasileiras, enquanto 8.421 eram estrangeiras. No caso das escravas, 109.500 eram brasileiras e 20.743 estrangeiras.

Efetuada uma leitura rápida pelas páginas de jornais da Corte, como o *Jornal do Commercio*, observamos que nem só de costureiras e prestadoras de serviço doméstico estão repletas as seções de propagandas. Em um exemplar do *Jornal do Commercio* (1869, Ed.351, p.7) de 21 de dezembro de 1869 lemos “Mme. Rachel, cartomante, dá consultas de somnambulismo, das 8 horas da manhã às 9 da noite, sendo a somnambula a melhor que existe na Côrte: dá unicamente consultas na rua de S. José n.91. Preço 10\$000”. Os anúncios dos serviços de Mme. Rachel somam 92 publicações no *Jornal do Commercio* durante a década de 1860, mas ela não foi única a anunciar a leitura de cartas nas páginas dos periódicos do Rio de Janeiro como forma de atividade remunerada na década de 1860. Somam-se a ela outras cartomantes, como a ainda não identificada “A.V”, com 122 publicações ao longo da década; Madame Diana, com 36; Madame Augusta, com 31; dentre outras. Longe de se consolidar como um fenômeno isolado da década de 1860, observa-se que durante as décadas de 1870 e 1880 existe um aumento no número de anúncios envolvendo mulheres cartomantes nos periódicos da corte.

Observa-se também que muitas delas realizavam outros tipos de atividades para ganhar dinheiro, visto que em alguns de seus anúncios são apresentados “medicamentos” vindos diretamente da Europa”, como é o caso de um anúncio do dia 03 de outubro de 1867 no *Jornal do Commercio* (1867, Ed.273, p.3), e até mesmo observamos uma publicidade onde uma das mulheres menciona o aluguel de quartos em suas próprias habitações, como é anunciado no dia 20 de fevereiro de 1866, no mesmo periódico (JORNAL DO COMMERCIO, 1866, Ed.050, p.2).

Ainda que seja expressiva a porcentagem de pessoas do gênero feminino que no *Recenseamento* constam como “sem profissão”, especialmente na província do Rio de

Janeiro, devemos atentar para outros de trabalhos remunerados que escapam às categorias expressas no recenseamento e que possibilitaram a essas mulheres auxílio na renda total familiar ou seu sustento próprio, como é o caso da prostituição e da própria cartomancia. Considerando-se o caso específico da cartomancia, emergem a partir da leitura dos periódicos *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, além do *Recenseamento do Brasil em 1872*, algumas questões: Como essa atividade simultaneamente se configura como prática mágico-religiosa e trabalho? No que precisamente consiste o trabalho como cartomante e qual a função social que ela exerce?

Ausências no Recenseamento de 1872: os “outros” trabalhadores na Corte Imperial

Antes de discutir especificamente a cartomancia enquanto atividade remunerada que possibilita a manutenção cotidiana de mulheres na Corte, faz-se necessário discutir um pouco mais sobre o trabalho nos meios urbanos do Brasil na segunda metade do século XIX. Primeiramente, é essencial pensar que as relações sociais, culturais e econômicas eram pautadas dentro de um sistema escravista que tem origem no século XVI, mas que se alastra até o fim do século XIX, quando se desenvolvem uma série de discussões acerca da escravidão que originariam uma série de alterações legais importantíssimas para pensar trabalho e sociedade nesse contexto. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz é promulgada, proibindo o tráfico transatlântico de escravizados e alterando significativamente a distribuição regional e alocação da mão de obra escrava nos processos produtivos. No mesmo ano, seria criada a Lei de Terras, que buscou garantir a posse de terras pelos antigos latifundiários, tendo-se em vista que o fim do tráfico levará a um processo de aumento no fluxo migratório de europeus para o Brasil, numa outra tentativa de suprir a queda de mão de obra disponível, o que poderia comprometer a hegemonia da elite agrária. Geralmente, a vinda desses trabalhadores para a América estava condicionada ao contrato de parceria, “que tornava os imigrantes europeus responsáveis pelo custeio do seu transporte e, portanto, endividados e ‘imóveis’” (BARBOSA, 2016, p.13).

Apesar da massiva entrada de imigrantes representar uma alteração importante no que tange ao trabalho livre, utilizar o conceito de trabalhadores livres assalariados nesse momento requer cautela. Refletindo sobre as modificações envolvendo terra,

capital e, conseqüentemente, trabalho no período pós-Independência, Barbosa (2016, p. 13) evidencia que

O fim do isolamento da grande lavoura por meio do seu intercruzamento com a economia urbana em expansão, no período pós-Independência, gerava, portanto, uma reorganização nos fluxos internos de renda, o que será, de fato, acelerado no último quarto do século XIX. Mas isso não foi suficiente para que o capitalismo “nascesse” ou “crescesse” a partir da diferenciação interna do sistema colonial.

Esse apontamento é bastante interessante para pensarmos sobre como as ideias liberais foram “tropicalizadas” para se adequarem ao contexto brasileiro no Oitocentos, uma monarquia regida por uma constituição liberal, mas que se ergue sobre bases escravistas. Apesar de Lima (2005) ressaltar que uma implantação literal do liberalismo europeu do século XVI não ocorreu em parte alguma, seria errôneo analisar as relações livres de trabalho no Brasil da segunda metade do século XIX a partir do conceito de “mercado de trabalho”, que implica noções como a de assalariamento pleno, pouco coerentes para pensar uma sociedade escravista como o Brasil nesse momento (BARBOSA, 2016, p.12).

Lima (2005, p. 297) argumenta ainda que as construções do que implicava ser, na prática, um trabalhador livre no Império brasileiro poderiam ser especialmente tênues, uma vez que

(...) características definidoras do trabalho livre, como a compensação financeira pelo trabalho, em forma de salário ou outro, não eram incomuns na relação escravista. Formas de barganha coletiva – como o “cruzar os braços” – que costumam ser pensadas apenas com relação aos trabalhadores livres da indústria, estiveram igualmente presentes em alguma medida entre as estratégias dos escravos em suas negociações com seus senhores e administradores.

Nesse sentido, o trabalho livre se define mais na sua oposição em relação à condição jurídica do escravo, fundamentada legalmente sob o princípio liberal da propriedade (CASSOLI, 2018, p.138), do que a partir de um *corpus* específico de práticas que permitem caracterizar essa forma de mão de obra no Brasil imperial. Nesse momento, a mão de obra escravizada era empregada nas lavouras, nos serviços domésticos e em atividades com caráter mais urbano, como é o caso do trabalho nas tipografias que produziam livros (GODOI, 2017, p.148 *apud* BERGAMINI, 2016, p.124), ainda que atuassem em funções “subalternas”, como a de batedores (BERGAMINI, 2017, p.124). É interessante ressaltar que todas essas atividades também poderiam ser exercidas por trabalhadores livres, como demonstram dados do *Recenseamento de 1872*, obviamente atentando para as condições sociais e jurídicas que

distinguem os dois grupos de trabalhadores. O desabrochar industrial no Brasil irá contar com uma grande força de trabalho livre, remunerada, branca e imigrante sendo, no entanto, comum a presença de pretos e pardos em ofícios remunerados ligados à indústria. É necessário ressaltar também que o número de pessoas livres ou libertas em cidades como o Rio de Janeiro na década de 1870 é maior que o de escravizadas, como aponta o próprio *Recenseamento*, onde observamos que são declaradas livres 490.087 pessoas de ambos os sexos, paralelamente a 292.637 indivíduos considerados escravos. Atuavam ainda profissionais ditos liberais, como médicos, parteiras e advogados, além de comerciantes.

Considerando as categorias de profissões “industriais”, “mecânicas”, “agrícolas”, “assalariadas” e “serviços domésticos” contidas no recenseamento do Rio de Janeiro em 1872, observamos que a distribuição entre trabalhadores escravos e livres se dá da seguinte forma¹:

Tabela 1 - Distribuição de trabalhadoras e trabalhadores livres e escravos nas profissões do Recenseamento Geral do Brasil (1872)

Ofício	Nº de trabalhadores e trabalhadoras livres	Nº de trabalhadores e trabalhadoras escravos
Profissões Industriais	121.499	0
Profissões Mecânicas	596.671	74.676
Profissões Agrícolas	2.435.197	808.401
Assalariados	315.187	94.485
Serviços Domésticos	870.238	175.377

Fonte: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

Trabalho e Constituição de 1824

A Constituição de 1824, vigente até a edição da Constituição republicana de 1891, delineia alguns poucos aspectos sobre o trabalho no Império do Brasil, salientando-se o inciso XXIV do artigo 179, que diz “nenhum genero de trabalho, de cultura, industria,

¹ Para o levantamento, optamos por unir os ofícios específicos pelas categorias maiores que os conectam. No caso das profissões industriais, somente constam no *Recenseamento* as profissões “manufatures e fabricantes” e “commerciantes, guarda-livros e caixeiros”. Já nas profissões mecânicas constam os operários em tecidos, edificações, metais e etc. Isso justifica o porquê de na categoria “industriais” não haver nenhum escravo, enquanto na “mecânicas” notamos um número mais significativo deles.

ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos” (BRASIL, 1886, s/p.). O parco tratamento dado ao trabalho no ordenamento jurídico do Império pode se justificar pela influência direta e indireta que o escravismo exerce sobre as relações sociais, econômicas e de trabalho no período. Diretamente, a figura do escravo representa a força de trabalho “oficial”. Segundo Cassoli (2018, p. 138), “a criação do aparato jurídico relativo à escravidão define o papel do Estado imperial como árbitro dos desarranjos entre senhores e seus cativos”. De modo indireto, deve-se considerar que o trabalhador livre muitas vezes era submetido a condições que diferiam muito daquilo que foi caracterizado, em termos ideais, como sendo características dessa forma de trabalho, como a existência de

(...) liberdade de escolha, ausência de coerção para o trabalho, capacidade de mobilidade dos trabalhadores, impessoalidade na relação patrão/empregado, mas também oferta de oportunidades de trabalho e possibilidades de acesso a elas por parte dos trabalhadores (LIMA, 2005, p.296).

Voltando à Constituição, ainda que à primeira vista o artigo 24 possa parecer abrangente no que tange à pluralidade de ofícios a serem exercidos, nota-se que existe um veto àquelas atividades que se opõem aos costumes públicos, segurança ou saúde dos cidadãos. O conceito de uma atividade antagonista aos bons costumes e à saúde é fruto de construções intelectuais, culturais e sociais específicas daquele tempo, especialmente marcada por categorias como a raça e o gênero. Como exemplo disso, gostaríamos de analisar a questão em torno da prática dos curandeiros no Império. O curandeirismo une na prática o universo mágico-religioso e o elemento da remuneração, uma vez que os serviços prestados quase sempre eram pagos, tornando-se assim uma forma de garantir a manutenção diária desses curandeiros. Segundo Pimenta, no Brasil do século XIX, a palavra curandeiro poderia adquirir diferentes significados e abranger diversos tipos de métodos para curar. Pimenta (2004, p. 69) argumenta que

(...) quando as pessoas da época referiam-se a curandeiros, ou mesmo quando se falava genericamente em terapeutas populares, aí podiam estar incluídos os que baseavam o seu tratamento em crenças religiosas; ou em conhecimentos acadêmicos adquiridos por meios de divulgação como folhetos, livros e periódicos; na experiência com ervas medicinais; ou na mistura dessas características.

Ainda delineando um perfil do que era o curandeirismo e quem eram seus praticantes, Pimenta (1998, p. 351) salienta que majoritariamente atuavam como curandeiros os escravos, forros e mulheres, que tanto socialmente quanto na hierarquia

formal de práticas de cura, a ser melhor elucidada adiante, possuíam menor prestígio social.

As discussões sobre as terapias populares permearam a Corte desde a instalação da Fisicatura-mor, em 1808, órgão este que buscava regulamentar as práticas de saúde no Império, sendo fortemente marcado pela ascensão de um discurso de primazia da medicina acadêmica em detrimento de outras formas de curar. Para exercerem suas atividades de maneira legal, barbeiros, parteiras, boticários e curandeiros deveriam requerer uma licença, que tinha caráter provisório, junto ao órgão. O processo de requerimento era composto por diversas etapas, como

o próprio pedido, o atestado do mestre com quem havia praticado o suplicante (ou, caso não fosse possível, a produção de atestado, relatos de testemunhas), o auto de exame (feito pelos examinadores da Fisicatura-mor) e a ordem para que se passasse a carta ou a licença, que permitiam a livre prática de determinado ofício (PIMENTA, 1998, p.350).

Com o fim da Fisicatura-mor, em 1828, a concessão dessas licenças e a vigilância sobre as práticas ficou a cargo das Câmaras Municipais (DANTAS, 2010, p.4), que só permitiam o exercício àqueles que já tinham obtido a permissão anteriormente e excluía completamente os curandeiros, marginalizando-os ainda mais. Com a criação das Juntas de Higiene, em 1850, os curandeiros passaram também a não poder indicar, aplicar ou vender remédios (PIMENTA, 2003, p.89), premissa que era dada somente aos médicos com formação acadêmica.

Apesar da ilegalidade do ofício, os curandeiros, como demonstra a historiografia sobre o tema (FIGUEIREDO, 2002; PIMENTA, 2003; SOARES, 2001), continuaram a praticar suas atividades, especialmente se considerarmos que os contemporâneos por vezes preferiam consultar-se com os terapeutas populares em razão da confiança e dos bons resultados (SALGADO, 2003, p.90), além do estabelecimento de redes de sociabilidade entre alguns curandeiros e indivíduos mais abastados da sociedade, como é o caso de um preto feiticeiro e curandeiro chamado Juca Rosa, que como aponta Gabriela dos Reis Sampaio (2003, p. 388), “além de muitos negros, trabalhadores e pessoas pobres entre seus seguidores havia também políticos, ricos comerciantes, membros das classes dominantes brancas e letradas”.

Nesse sentido das oposições entre os bons costumes e a continuidade das práticas dos curandeiros, precisamos considerar também a força que a explicação sobrenatural acerca das doenças assumia nos discursos de curandeiros e pacientes naquele momento. Soares (2001, p. 419) aponta que

No imaginário popular oitocentista, era bastante arraigada a crença de que as doenças possuíam natureza sobre-humana, ao serem provocadas, por exemplo, pela feitiçaria ou pela ação de um mau-olhado. Moléstias e sortilégios estavam diretamente relacionados e, muitas vezes, confundiam-se, posto que o próprio feitiço era considerado uma doença capaz de ser combatida com a ingestão de mezinhas apropriadas.

Nesse sentido, justifica-se a recorrência a esses indivíduos não somente a partir do discurso de que, na falta de médicos “oficiais”, as pessoas valiam-se de curandeiros. Colocando em jogo a ideia corrente da doença enquanto fruto de práticas mágicas, acaba-se por delinear um espaço de atuação específico onde o curandeiro possui primazia de atuação por se inserir na categoria que Francisco Bethencourt (2004, p. 163) caracteriza como *homo magus*, que “funciona como um intermediário capaz de compreender, penetrar e inflectir o complicado jogo de forças ocultas que se faz sentir tanto no nível horizontal (entre homens) como no vertical (entre os homens e o universo)”.

A seção seguinte deste trabalho tem como objetivo investigar como as cartomantes, que também exerciam atividades mágico-religiosas remuneradas, muitas vezes vistas com desconfiança em relação aos “bons costumes” e que não se inseriam nas categorias de profissões delineadas pelo *Recenseamento*, atuavam no Rio de Janeiro durante a década de 1860. Para tanto, foram estabelecidos alguns paralelos entre as proposições do historiador Georges Minois (2016) acerca das cartomantes francesas em seu amplo estudo sobre predição popular em *História do futuro: dos profetas à prospectiva* e as documentações primárias relativas às cartomantes estabelecidas no Rio de Janeiro durante o período analisado. Tais paralelos são fundamentais especialmente se considerarmos que os estudos sobre história da cartomancia no Brasil ainda são bastante incipientes, bem como por considerar a ampla influência exercida pela cultura francesa no Brasil no contexto estudado.

O trabalho da cartomante e suas relações com a sociedade

Antes de buscar respostas mais profundas para a questão sobre como a cartomancia se insere na sociedade carioca, é de suma importância pensar no que ela consiste, visto que descrever o trabalho das mulheres cartomantes como um simples manejo e leitura das cartas deixa muitos pontos vagos sobre como essas atividades desempenharam um papel na sociedade carioca oitocentista. O século XIX é apelidado por Minois (2016) como “o século profético”, tendo em vista a grande efervescência de práticas relacionadas ao oculto durante o período. Sobre isso, o autor ressalta que

(...) o irracional ressurgiu com o ocultismo e o profetismo extático inspirado. O magnetismo e o sonambulismo desenvolvem-se na primeira metade do século, enquanto o espiritismo de Allan Kardec aparece por volta de 1850. A astrologia recupera o vigor, com todos os métodos populares clássicos, cartomantes, leitoras da sorte e videntes (MINOIS, 2016, p.515).

Esse processo de crescimento de mecanismos de vidência focados no indivíduo se configura enquanto uma das consequências de mudanças estruturais nas sociedades e consciências com a ascensão do liberalismo, a consolidação das ideias iluministas e a Revolução Francesa. Na França, com a queda do Antigo Regime,

a ascensão social torna-se legalmente possível, com o fim de privilégios exclusivos. Todos podem sonhar com um destino melhor, o que abre imensas perspectivas para as cartomantes, videntes, leitoras da sorte, deitadoras de cartas e sonâmbulas do gênero (MINOIS, 2016, p.512).

Nesse momento, o oculto exerce um apelo quase irresistível não somente em relação às camadas mais populares das sociedades europeias, especialmente a francesa, mas também seduz indivíduos com maior inserção em círculos intelectuais, como é o caso de alguns escritores românticos, tal como Alexandre Dumas, que inclusive, segundo Minois (2016, p. 536), seria um praticante ocasional do magnetismo em sarau.

Sobre o magnetismo e o sonambulismo, são necessários alguns apontamentos, especialmente porque essas práticas exercem alguma influência em relação às cartomantes analisadas neste trabalho. O magnetismo, ou mesmerismo, surge ainda no século XVIII, a partir das proposições de Franz Anton Mesmer. Segundo Darnton (1968, p. 4), o pensamento de Mesmer baseava-se na ideia de que todos os corpos seriam permeados por um fluido de caráter magnético e que as doenças em geral decorriam de um obstáculo interposto ao fluxo contínuo do fluido no corpo, sendo que os ditos magnetizadores poderiam então controlar a ação fluídica a partir da estimulação dos chamados polos magnéticos corporais, induzindo então os pacientes a determinados estados, como crises convulsivas ou transe que auxiliariam na cura das moléstias. Ele ainda irá publicar *Memoire sur fa decouverte du magnetisme animal* (1779), onde sintetiza suas concepções acerca do magnetismo em vinte e sete pontos (DARNTON, 1968, p.177).

Já o sonambulismo desenvolveu-se principalmente a partir de alguns experimentos de Armand Marie Jacques de Chastenet, que era Marquês de Puységur e adepto das práticas de Mesmer, além de ter escrito *Mémoires pour servir à l'histoire et à l'établissement du magnétisme animal* (1820). Além de denominar os transe aos quais

eram submetidos os consulentes dos magnetizadores enquanto “sonos magnéticos” ou ‘sonambulismo’, sugeriu também que

(...) algumas pessoas, quando estavam no sono magnético, apresentavam capacidades cognitivas e sensoriais aumentadas. Muitas demonstravam habilidades excepcionais, por exemplo, adivinhavam objetos escondidos em caixas fechadas, liam de olhos fechados o conteúdo de cartas e livros e projetavam sua visão para locais distantes (VERONESE, 2017, p.86).

Nesse grande cenário, que influencia também práticas em solo brasileiro, os “profetas do destino individual”, descrição esta elaborada por Minois, encontram então um ambiente para o desenvolvimento de suas atividades, com um público mais diverso e marcado pelas incertezas causadas pelas grandes rupturas do século, fator este que contribuiu ainda mais para a procura “febril” pelos serviços dos leitores da sorte. O conceito de mercantilização da magia, utilizado por Maria Cristina Wissenbach (2004, p. 12) ao pensar o chamado “comércio de ilusões”, como eram chamadas as atividades remuneradas de cartomantes, curandeiros e outros tipos de terapeutas populares, é bastante útil para pensar as práticas das cartomantes do século XIX, embora a pesquisadora o tenha aplicado para a São Paulo da década de 1910. Com a utilização do conceito, Wissenbach (2004) busca caracterizar essas atividades simultaneamente enquanto práticas mágico-religiosas, mas permitindo uma observação que extrapola o viés místico, apreendendo assim seus impactos sociais e também visualizando-as enquanto mecanismos de ganho financeiro desses praticantes.

No Brasil da segunda metade do século XIX, a atmosfera que permeia o cotidiano na Corte é tomada por um sentimento constante de insegurança social. Na década de 1850, o Rio de Janeiro é assolado por uma epidemia de febre amarela que matou centenas de pessoas e aterrorizou outras milhares (CHALHOUB, 1996). As doenças faziam parte do cotidiano da população, especialmente as respiratórias, como é o caso da tuberculose, vitimando diariamente muitas pessoas, como é observável nos obituários publicados nos periódicos da Corte.

Na década de 1860, eclode a Guerra do Paraguai. Se no início a participação na guerra era vislumbrada como um ato máximo de patriotismo, depois do primeiro ano de conflito o *Correio Mercantil* passa a chamar a guerra de “açougue do Paraguai”, especialmente devido à insalubridade da região, o despreparo dos combatentes e ao alto índice de mortes (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.295). Essas condições, somadas à própria insegurança causada pelo envolvimento do país no conflito, desencadeiam um sentimento de temor na população, ocorrendo inclusive uma drástica diminuição no

número de alistamentos, que seria “solucionada” com o envio de escravos para as linhas de frente do combate (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.296).

Todo esse panorama de conflitos e doenças, somado às violências cotidianas e às transformações engendradas pela modernização e urbanização, gerou novas inquietações e questões que nem sempre a doutrina cristã puramente conseguia facilmente acalmar ou explicar. Nesse sentido, observa-se um terreno bastante fértil para a atuação de curandeiros, feiticeiros e outros terapeutas populares, bem como para o desenvolvimento mais concreto da cartomancia, que o *Jornal do Commercio* (1861, Ed. 277, p.1), em publicação do dia 07 de outubro de 1861, apelida de uma “nova e *innocente* industria na Cidade do Rio de Janeiro”.

Tanto na França como no Brasil, muito mais do que acessar o mundo sobrenatural para revelar o futuro ou desmistificar um presente confuso, essas mulheres desenvolviam um papel análogo ao de conselheiras, como confidentes que guardavam qualquer segredo ao preço de 10\$000 (dez mil réis), valor dos serviços anunciados por Mme. Rachel na edição do dia 24 de janeiro de 1869 do *Jornal do Commercio* (1869, Ed.024, p.3), ou 30 francos, montante estabelecido pela célebre cartomante francesa Mme. Lenormand para um jogo completo, como aponta Georges Minois (2016, p.532). Como comparativo, 10\$000 era o preço da assinatura de três meses do periódico diário *Jornal do Commercio* nas províncias, jornal este no qual a cartomante Rachel anunciava regularmente.

Cartomancia no Rio na década de 1860: uma arte predominantemente feminina

Sobre o perfil dessas cartomantes e de sua clientela, além do consumo de materiais relacionados à cartomancia, nota-se a predominância feminina, ponto este levantado por Minois e que encontra convergência em terras brasileiras ao verificarmos que a maior parte das cartomantes anunciantes nos periódicos durante a década de 1860 eram mulheres, além de observar alguns anúncios de livretos de cartomancia claramente voltados para o público feminino. Em publicação do *Diário do Rio de Janeiro* de 28 de junho de 1861, a livraria dos irmãos E & Laemmert anuncia, junto com alguns outros livros de “dar sorte” e oráculos que não necessariamente usam cartas como método, uma publicação própria intitulada *A pythonissa de Pariz: Cartas da célebre cartomante Mme. Lenormand*, inspirada no jogo de cartas da francesa Marie-Anne Adélaïde Lenormand, que teria atendido personalidades como o próprio Napoleão Bonaparte e sua esposa

Joséphine (MINOIS, 2016, p. 532-535). No anúncio, lê-se, dentre outras informações, que “o jogo consta de um baralho de 36 cartas coloridas, tem explicação em portuguez, tudo em um elegante tachim, proprio para ser offerecido ás senhoras” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1861, Ed.175, p.4). Um outro caso interessante, que ressalta nitidamente o público ao qual o oráculo é endereçado, é o do *Novo oraculo de amor e hymeneu*, também comercializado pelos irmãos Laemmert na Corte. Uma publicação de 16 de junho de 1869 no *Jornal do Commercio* (1869, Ed. 166, p. 3) diz

Novidade para S. João. Acaba de publicar-se, em casa de E & H Laemmert, rua do Ouvidor n.68, Novo Oraculo de Amor e Hymeneu, baralho de 30 cartas com engraçados versos e estampas, dizendo respeito a amor e casamentos, para divertimento das sociedades e recreio especial do bello sexo. Preço 1\$000.

A literatura da época também corrobora para confirmar a ideia da predominância feminina nas salas de espera dos consultórios de cartomantes. No conto *A Cartomante*, publicado em 1884, mas cuja trama se passa em 1869, Machado de Assis (1994) assinala pelas condutas dos protagonistas Rita e Camilo que, enquanto os homens tendiam mais à razão para a resolução de problemas, as mulheres frequentemente recorriam a mecanismos mais pautados no subjetivo, na intuição e no sobrenatural. O fim trágico do casal de amantes, mesmo com as leituras otimistas da cartomante, ressalta a postura do escritor ante às superstições e predições: tais práticas não passariam de meras fantasias e enganações.

É interessante ressaltar também que algumas das mulheres cartomantes que atuavam na Corte destacam em suas publicidades algum tipo de relação com outros países, mais frequentemente com a Europa. É o caso de Mme. Diana, que em anúncio do dia 04 de março de 1869 diz que é “sybilla e cartomante irlandeza, de passagem nesta côrte, depois de ter visitado todas as cidades principaes da Europa, participa a este respeitavel publico que dá consultas em portuguez, inglez e francez (...)” (JORNAL DO COMMERCIO, 1869, Ed. 062, p.3). Ainda é cedo para constatar se, de fato, Diana e outras tantas mulheres que se diziam vindas da França, Rússia ou até mesmo Irlanda eram efetivamente estrangeiras. Entretanto, observa-se que o recurso de evidenciar as conexões de seus serviços com o continente europeu funciona como um mecanismo que visa ressaltar o refinamento dos serviços e até mesmo a sua credibilidade. No caso específico da França, Tânia Regina de Luca e Laurent Vidal (2009, p. 11) ressaltam, pensando a partir da produção do historiador Brito Broca, a existência de “uma ‘doença’ então muito em voga, a’parisina’, cujos sintomas consistiam em ignorar o Brasil e

suspirar por Paris (...)”, justificando a alusão constante das cartomantes a métodos e mestres ocultistas oriundos da França como mecanismo de reforço de sofisticação e “civilização” nas suas práticas. Nos jornais, observa-se frequentemente que elas indicam também que se retiraram ou irão retirar por um tempo da Corte em virtude de viagens à Europa. Embora a evidenciação da nacionalidade tenha se mostrado relativamente comum no universo de publicidades analisadas, muitas mulheres também omitiram esse tipo de informação. Um outro elemento que não aparece nas publicidades é a menção à cor das mulheres anunciantes, sendo apreensível somente que, no caso das europeias, elas seriam brancas.

Voltando à relação desenvolvida entre as cartomantes e as consulentes, observa-se que ela perpassa também por um processo mútuo de reconhecimento e identificação ante às opressões de gênero sofridas pelas mulheres no contexto do século XIX e que causavam, não raramente, condições de cunho psicológico diante da submissão, inibição sexual e da educação pautada no recatamento (MINOIS, 2016, p.526). A cartomancia, apesar de ser notável que desde a Antiguidade atividades relacionadas à predição e magia são tradicionalmente conectadas ao feminino, alça suas sacerdotisas a um espaço de protagonismo social que certamente causa algum desconforto tendo em vista a estruturação patriarcal e judaico-cristã que permeava tanto Brasil como França no século XIX. Segundo Veronese (2017, p. 119), a participação das mulheres em práticas como o sonambulismo, cartomancia e magnetismo se coloca como

(...) uma oportunidade preciosa para elas, afinal, representa uma chance de trabalho e rendimentos financeiros e, ao mesmo tempo, permite que acessem um conjunto de conhecimentos e práticas dentro da qual podem obter autoridade e conhecimento.

Em sua maioria mulheres independentes, não era incomum que cartomantes, sonâmbulas, magnetizadoras e curandeiras fossem julgadas moralmente como “desviantes” e, portanto, como perigoso exemplo a ser seguido (VERONESE, 2013, p.6). Apesar disso, seus “consultórios” continuavam lotados de senhoras e senhoritas, provavelmente de classe mais abastada, que os consideravam como um refúgio ante ao tédio, às desilusões amorosas e incertezas cotidianas que afligiam sua psiquê. Ainda sobre as relações amorosas, Del Priore (2011, p. 124) ressalta a circulação, entre a elite brasileira, de um discurso sobre amor e casamento fundamentado principalmente na literatura romântica francesa, alçando o amor a um espaço que mescla misticismo e melancolia, com o ser amado sendo praticamente divinizado. Nesse sentido, aconselhar-se com cartomantes renomadas acerca das incertezas do amor, que quase sempre eram

acompanhadas pelo sofrimento, se coloca enquanto possível alternativa, cenário esse ressaltado até mesmo no conto *A Cartomante*. Apesar de também amarem e sofrerem por amor aqueles que eram livres pobres, pagar as quantias anunciadas por cartomantes como Rachel para resolver os assuntos do coração provavelmente se consolidava como um luxo pouco acessível.

É importante ressaltar que, mesmo sendo as cartomantes detentoras de algum poder pessoal, social e, muitas vezes, econômico, isso não significou que as cartomantes incentivassem rupturas profundas de outras mulheres em relação às imposições do *status quo*. Tal afirmação pode ser encontrada também no testemunho da Srta. Lelièvre, cartomante francesa, ao dizer em seu panfleto *Justification des sciences divinatoires*, de 1847, que

(...) digo à mãe de família o que deve fazer para recuperar o amor de seus filhos; à esposa infeliz, os meios que deve empregar para reconduzir o marido aos seus deveres; e vós! Moças amantes ternas e sensíveis! Digo-vos se aquele a quem destes vosso coração é digno de tão belo sacrifício(...) quantas moças não salvei que iam ser seduzidas por seus falaciosos adoradores (LILIEVRE, 1847, p.18 *apud* MINOIS, 2016, p.526).

Desta forma, constatamos que a função da cartomante perpassa muito mais pela escuta e aconselhamento do que efetivamente pela decodificação plena do mundo espiritual para seus consulentes, agindo novamente a partir do princípio do *homo magus* descrito por Bethencourt (2004). Através da leitura dos arquétipos representados nas lâminas dos baralhos de cartomancia, como o *Grand Etteilla*², a cartomante reelabora as questões trazidas pelo público sob o viés místico, revestindo assim seus argumentos e direcionamentos de uma autoridade que extrapola o sensível e recai em forças inapreensíveis pelos que a procuram em busca de orientações. Esse aspecto do ofício de cartomantes e quiromantes será particularmente reforçado por Maria Cristina Wissenbach (1997, p. 165) quando esta pensa as práticas mágico-religiosas em São Paulo entre 1890 e 1940.

A seguir, analisaremos brevemente alguns anúncios publicados por duas cartomantes no *Jornal do Commercio* durante a década de 1860 a fim de observar que tipo de atividades elas desenvolviam, bem como os artifícios utilizados nas publicidades

² Baralho criado pelo oraculista francês Jean Alliette no fim do século XVIII e cujas bases estão fundamentadas em estudos relacionados ao Livro de Thoth, que teria influenciado a criação da Cabala e movimentos como o Hermetismo. Tanto o Petit Etteilla quanto o Grand Etteilla são baralhos com forte influência egípcia por conta de sua ligação com o Livro de Thoth.

para atrair clientes e consolidar uma boa reputação no seu ofício, tecendo assim uma representação sobre si mesmas.

Homeopatias, elixires e crimes

Não é incomum também que as cartomantes cariocas desempenhassem atividades relacionadas à cura de moléstias e utilizassem seus espaços de anúncio nos jornais para oferecer uma diversidade de tratamentos. Na edição de 19 de março de 1866 do *Jornal do Commercio* (1866, Ed. 077, p. 4), Mme. Rachel anuncia a distribuição gratuita do “affamado *Collyrio da Sybilá*” para curar todo tipo de inflamação ocular e do “Elixir da Cigana” para curar instantaneamente qualquer dor de dente. A distribuição gratuita revela mais os esforços da cartomante da rua do Parto n.91 em atrair consulentes e compradores do que um comprometimento efetivo com o bem-estar dos menos favorecidos, uma vez que, após alguns meses sem incluir em seus anúncios os elixires, volta a publicá-los no *Jornal* sem, no entanto, deixar clara sua gratuidade, como fez em março de 1866. Segundo Tânia Salgado Pimenta (2004, p. 78), o atendimento gratuito era um dos artifícios utilizados pelos praticantes de atividades mágico-religiosas com o intuito de atrair clientes.

Em 11 de agosto de 1870, a cartomante A.V, que foi uma das primeiras a anunciar seus serviços em jornais durante a década de 1860, também reforça no *Jornal do Commercio* (1870, Ed. 220, p. 7) que em seu espaço os consulentes poderiam se consultar, dentre outras coisas, “sobre toda e qualquer molestia”. Em 1869, numa publicação de 25 de abril, observamos que alguém no sobrado da Rua da Carioca n.37, endereço indicado por A.V nos anúncios, estava vendendo “a maneira e o conhecimento dos vegetais para preparar o remedio contra as molestias pulmonares, que já tem feito varias curas, tanto na côrte como em provincias: vende-se por seu dono se retirar” (JORNAL DO COMMERCIO, 1869, Ed.112, p.4). Tratava-se, provavelmente, da própria A.V, uma vez que a mesma informava aos consulentes que em seu consultório poderiam encontrar à venda também um remédio para doenças pulmonares, como é o caso de uma publicidade no *Jornal do Commercio* em 14 de maio de 1868. Apesar da venda do “conhecimento dos vegetais”, a saída de cena da cartomante não é definitiva, uma vez que em 27 de julho de 1870 ela publica no *Jornal do Commercio* (1870, Ed. 205, p. 7) que está “voltando de sua viagem e tem a honra de participar ao respeitavel publico que continua a dar suas consultas de somnambulismo e cartomancia na rua da Carioca n.37”.

A cartomante A.V também protagoniza uma curiosa ocorrência na Corte em 1868. Em anúncio do dia 05 de agosto de 1868, a cartomante diz “ A.V... Cartomante verdadeira, rua da Carioca n.37, somnambula nacional, que fez achar-se o furto dos brilhantes que foi anunciado no dia 25 de junho. Consulta-se para molestias” (JORNAL DO COMMERCIO, 1868, Ed.217, p.3). Ao analisar os jornais *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio* e *Diário do Povo*, não foi encontrado nenhum tipo de furto ou roubo de brilhantes, colares, brincos, anéis ou qualquer outro tipo de joia no dia 25 de junho de 1868. Prisões envolvendo esse tipo de crime não são encontradas na imprensa durante o ano de 1868 até o dia 05 de novembro, quando o *Correio Mercantil* (1868, Ed. 304, p. 2) anuncia a prisão da escrava Rosa, cujo senhor era Malaquias Cordeiro de Castro e estava alugada à rua do Catete, onde foi dito que furtou joias e roupas. Geralmente, no caso de furtos ou roubos de joias, os jornais anunciavam a natureza do crime explicitamente tanto nas prisões explicitadas nos boletins policiais, como foi o caso da escrava Rosa, quanto em anúncios que tinham como objetivo fazer público o ato criminoso, como podemos encontrar na edição de 10 de agosto de 1869 do *Diário do Rio de Janeiro* em que se anuncia o furto de joias e roupas na cidade de Valença, listando-se ainda todos os bens subtraídos.

Considerando-se que na imprensa não foi observado nenhum registro de furto de brilhantes ocorrido em 25 de junho de 1868 e nenhuma prisão por furto de joias foi realizada após o anúncio de 05 de agosto de 1868 feito por Mme. A.V, podemos efetuar algumas reflexões. A primeira delas é pensar que os anúncios aos quais A.V se referem não foram publicados nos jornais da Corte e sim pelas ruas do Rio de Janeiro, o que explica a ausência dos mesmos nos periódicos. Entretanto, como já foi evidenciado a partir da análise de outros casos de furtos de joias, seria no mínimo peculiar que tal crime não tivesse sido anunciado nenhuma vez nas páginas dos periódicos. Não se pretende dizer que a cartomante de fato não tenha auxiliado nas investigações em torno da ocorrência, porém, a partir das próprias evidências fornecidas por ela no anúncio, possivelmente pode ter se tratado de um artifício publicitário que instigava a curiosidade e, logo, traria mais clientes, além de transmitir a ideia de efetividade dos serviços. O fato é que A.V continuava incluindo periodicamente em seus anúncios no *Jornal do Commercio* (1870, Ed. 218, p. 9) que atua em consultas sobre “roubos, e todas e quaesquer molestias, objetos perdidos, dão-se noticias das pessoas que não se sabe o fim que levirão, etc.”, como demonstra a propaganda do dia 09 de agosto de 1870. Portanto, o principal ponto, mais do que definitivamente julgar se de fato A.V solucionou ou não

o caso do furto de brilhantes de 1868, é observar como essa afirmação é utilizada com o intuito de elevar a popularidade da cartomante a partir da participação em um caso que ultrapassa a resolução de assuntos sentimentais e intrigas, envolvendo então aspectos mais racionais da vida cotidiana, como doenças e crimes. Como bem aponta Minois (2016, p. 3), “o importante, portanto, não é a exatidão da predição, mas seu papel de terapia social ou individual. O que importa não é que aconteça aquilo que foi previsto, mas que a previsão cure, alivie e estimule a ação”.

Preparações egípcias, visões agradáveis e outras nem tanto

Na edição do dia 06 de novembro de 1864, a cartomante Rachel, que em outros anúncios salienta que veio de Paris (JORNAL DO COMMERCIO, 1864, Ed.308, p.3), torna público que está de passagem pela capital do Império e que “offerece aos adeptos do magnetismo o seu prestimo de somnambulismo, espiritismo e cartomancia”. Em seu consultório, sediado na rua Sete de Setembro n.4, afirma também ter recebido pelo pacote corrente uma porção de um tal “*dawamesk*, preparação egypcia novamente descoberta, e muito em uso na Europa, para obter as visões mais agradáveis e até mesmo a visão do que deseja-se ver, sem a necessidade de ser sonambulizado”. O *dawamesk* pode ser considerado como a denominação da espécie botânica *Cannabis indica* na Argélia (DAVENPORT-HINES, 2012) e foi citado por Charles Baudelaire (1998, p. 18-19) em seu livro *Paraísos Artificiais*, lançado em 1860, como sendo um confeito de origem árabe produzido a partir de

(...) uma mistura do extrato gorduroso [óleo de cannabis], açúcar e diversas fragâncias tais como baunilha, pistache, amêndoa, almíscar. Às vezes, acrescenta-se mesmo um pouco de cantárida, com uma finalidade que nada tem em comum com os resultados frequentes do haxixe. Sob esta nova forma, o haxixe nada tem de desagradável (...).

Em terras brasileiras, observamos que, apesar da documentação possibilitar a afirmação da circularidade das obras de Baudelaire, traduzidas ou originais, no país desde 1856 (BOTTMANN, 2018, p.161), *Paraísos Artificiais* (originalmente *Les paradis artificiels*) não aparece em nenhum jornal durante toda a década de 1860, com uma tradução da obra sendo efetuada somente em 1982 (BOTTMANN, 2018, p.176), o que demonstra também que mesmo a população letrada poderia não ter conhecimento sobre o que era a tal “preparação egypcia”. Como o próprio Baudelaire ressalta, o *dawamesk* possui um caráter exótico, sempre sendo pontuado, tanto em *Paraísos Artificiais* quanto

no anúncio da cartomante Rachel em 1864, como um produto do conhecimento oriental que possibilita o acesso a elementos comumente ausentes na percepção cotidiana, desencadeados especialmente sob a forma de visões e sonhos³. Durante toda a década de 1860 não encontramos nenhuma outra menção à “preparação egípcia” citada por Rachel nos jornais brasileiros, o que ressalta ainda mais a estratégia utilizada pela cartomante para instigar a curiosidade dos consulentes, que além de terem a possibilidade de acessar o oculto pelas cartas poderiam experimentar por si mesmos o sobrenatural por meio dos confeitos de *dawamesk*. Ou seja, Rachel não somente vende o serviço da cartomancia, mas também uma experiência ao público, artifício publicitário inovador que não foi verificado em nenhuma concorrente da cartomante durante o tempo em que ela atuou na Corte.

Apesar de serem notáveis algumas associações explícitas entre cartomantes na corte, como é o caso de Mme. Augusta, que diz ser “successora de Mme. Potier, 1ª cartomante que houve no Rio de Janeiro, está sempre na rua da Misericórdia n.98” (JORNAL DO COMMERCIO, 1867, Ed.335, p.3), ainda não se pode afirmar com certeza se existiu algum tipo maior de conexão entre as cartomantes e outros praticantes de atividades mágico-religiosas, bem como outros sujeitos como livreiros, que se aproxime de um comércio de itens tais como baralhos, livretos de cartomancia ou até mesmo substâncias como o *dawamesk*.

Porém, nem somente de visões agradáveis vive a cartomante Rachel. De janeiro a abril de 1869, a cartomante publica nos jornais a seguinte chamada “Mme. Rachel, cartomante, moradora á rua de S. José n.91, continua a dar consultas de somnambula, das 8 da manhã às 8 da noite, sendo a somnambula a mesma que dá consultas na rua Sete de Setembro n.78. Preço 10\$000” (JORNAL DO COMMERCIO, 1869, Ed.091, p.4). Entretanto, em 08 de abril de 1869, uma mulher chamada Elise, dita sonâmbula que atendia na Rua Sete de Setembro n.78, vem a público, por meio de um texto no *Jornal do Commercio* (1869, Ed. 097, p. 3), dizer que não trabalha em associação com nenhuma cartomante de nome Rachel residente na Rua de S. José n.91, como havia sido dito pela tal cartomante. A sonâmbula Elise ainda levanta o questionamento: “por qual razão essa cartomante faz tanto mysterio a respeito do nome verdadeiro da sua tal unica somnambula???”. O fato é que a partir de 17 de abril de 1869, Rachel para de associar os

³ Para saber mais sobre as percepções de Baudelaire sobre o *dawamesk* e o haxixe ver BAUDELAIRE, 2011.

serviços de sonambulismo oferecidos em seu consultório à sonâmbula da Rua Sete de Setembro n.78, dizendo agora que quem presta os serviços de sonambulismo é ela mesma e que “dá unicamente consultas na rua de S. José n.91” (JORNAL DO COMMERCIO, 1869, Ed.106, p.4). Os desentendimentos públicos entre cartomantes e sonâmbulas apareceram na imprensa novamente em 19 de dezembro, quando o *Jornal do Commercio* (1869, Ed. 351, p. 7) publica um comunicado da Propaganda de Magnetismo, sediado no sobrado da Rua Sete de Setembro n.31, onde se lê que:

A propaganda do magnetismo, não podendo deixar de satisfazer aos reiterados pedidos dos seus discipulos e adeptos, declara, que repelle qualquer responsabilidade das consultas de somnambulismo dadas fora do seu consultorio, e ainda mais daquellas dadas por somnambula em casa de cartomante, isto é, em casa de mulher que deita cartas, a qual, nada sabendo nem entendendo da arte de somnambular, não póde de maneira alguma conhecer se a tal somnambula (principalmente somnambula velha) finge ou não dormir, e não póde, portanto, dar lealmente consultas de somnambulismo.

Mesmo com tão cáustico comentário, as cartomantes que ofereciam simultaneamente as sessões de sonambulismo ou magnetismo pareceram não se importar e continuaram a anunciar seus serviços, como é o caso de Rachel e A.V. Em anúncio já no ano de 1870, A.V inclusive chega a mencionar o nome do sonâmbulo que atua com ela no consultório da Carioca n.37, um rapaz chamado Maximiano (JORNAL DO COMMERCIO, 1870, Ed.297, p.3).

Apesar de muitas cartomantes simultaneamente serem sonâmbulas, como é o caso de Rachel, nota-se que existe uma tentativa de estabelecer distinções entre essas duas práticas, pelo menos na imprensa, impulso esse que geralmente parte das praticantes do sonambulismo. Como mencionado anteriormente, o magnetismo e o sonambulismo partiam de premissas mais conectadas à intelectualidade e razão, que pode ter sido um dos motivos pelos quais essas sonâmbulas observavam com maus olhos a associação de suas práticas com a cartomancia, que era mais conectada à subjetividade. O interessante nesse ponto é observar como essas práticas, apesar de partirem de pressupostos diferentes, inclusive havendo uma ampla tentativa de delimitação do espaço de cada atividade, acabaram por se misturar na cidade do Rio no contexto analisado e nas práticas das cartomantes citadas neste trabalho, como apontam os anúncios de Rachel e A.V, havendo também a influência de outros elementos como *modern spiritualism*, oriundo dos Estados Unidos e representado especialmente pela atuação das Irmãs Fox (WEISBERG, 2011), que é mencionado em uma publicidade de uma cartomante e quiromante chamada Hilda (JORNAL DO COMMERCIO, 1865, Ed.218, p.3). Sobre o *modern spiritualism*, Portella e Costa (2019, p. 174) apontam que existia o

compartilhamento de alguns de seus fundamentos com o espiritismo francês de Kardec, como a crença na vida após a morte e comunicação com espíritos. Entretanto, o *modern spiritualism* distinguia-se da vertente francesa pois, enquanto o espiritismo tinha um propósito mais filosófico e voltado para a moral humana, o *modern spiritualism* norte-americano abarcava elementos mais mundanos, como demonstrações públicas e adivinhações, além da cobrança de ingressos.

Desta forma, observamos como as mulheres cartomantes exerceram uma gama de influências, pelo menos em relação aos setores com maior poder de consumo, no Rio de Janeiro da segunda metade do Oitocentos, aconselhando, curando moléstias, apresentando novidades vindas da Europa e conectando visões mágico-religiosas de mundo. Ainda que, por vezes, fossem vistas como charlatãs e ofensoras dos bons costumes, é inegável que essas mulheres, longe de se portarem como sacerdotisas divinizadas e incólumes diante dos assuntos do mundo real, marcaram o imaginário da época com seus baralhos, transes magnéticos e substâncias mágicas nessa “nova e inocente indústria” que era a cartomancia no Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Longe de atuarem somente enquanto mediadoras do sobrenatural através de suas cartas, as práticas das cartomantes atuantes no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX evocam algumas outras reflexões importantes. A primeira delas é constatar que elas atuavam na resolução, ou ao menos na atenuação, de uma multiplicidade de infortúnios e incertezas que permeavam o cotidiano dos indivíduos na Corte. Mesmo que o que foi previsto de fato não chegasse a acontecer, o simples estímulo de impelir à ação ou de acalmar os ânimos dos consulentes em relação às questões propostas já demonstra que o papel da predição foi cumprido enquanto terapia individual ou social, como salientado por Georges Minois (2016) em *História do futuro: Dos profetas à prospectiva*. Nesse sentido, as investigações ressaltam que nem somente na cura de amores frustrados atuavam as cartomantes cariocas, como fez pretender a literatura da época ou o senso comum, mas em todo um espectro que compreendia desde o restabelecimento da saúde até uma possível resolução de crimes, operando também em aspectos mais “racionais” da vida cotidiana.

Ainda sobre o papel da cartomante, nota-se que a prática da cartomancia possibilita às mulheres envolvidas com essa atividade o acesso a espaços de poder na

sociedade, especialmente tendo em vista que elas exercem funções típicas do *homo magus* descrito por Bethencourt (2004). Apesar de representarem um grupo de mulheres que provavelmente eram independentes financeiramente, as cartomantes não trabalham necessariamente como impulsionadoras de uma ruptura radical dos papéis femininos típicos, como apontam alguns elementos sobre sua gama de atuação. Precisamos salientar que, embora existissem também cartomantes que atendiam pessoas com poder aquisitivo menor, aquelas que anunciavam nos jornais geralmente cobravam preços que presumem a inserção em círculos mais abastados da sociedade, associando assim os serviços dessas mulheres a um universo de consumo cuja acessibilidade parece estar restrita a uma elite urbana.

Observou-se também como os argumentos de Minois (2016) e Wissenbach (2004) corroboram para salientar a ideia da cartomancia não somente enquanto uma prática cultural, mas também como uma forma de serviço remunerado que é responsável por gerar alguma renda aos praticantes e cria verdadeiramente um “mercado” de ofertas de consultas que é suprido por uma demanda consistente de atividades desenvolvidas por essas cartomantes, sustentada também pelo expressivo número de publicidades contidas nos periódicos analisados. Ressalta-se ainda a importância desses anúncios na estruturação do ofício da cartomante tanto no Brasil como em outros locais, como a França. A transformação das publicidades ao longo do tempo em espécies de testemunhos da eficácia dos serviços, especialmente no que tange a curas e recuperação de bens, exerceu papel fundamental para a expansão dos negócios das cartomantes e de elementos conectados à cartomancia, que não necessariamente eram vendidos por cartomantes, como é o caso da literatura voltada para aprender a ler a sorte nas cartas, muito presente na célebre livraria dos irmãos E & H Laemmert.

SUPERNATURAL'S MERCHANTS: A STUDY ABOUT FEMALE CARTOMANCERS IN THE IMPERIAL RIO DE JANEIRO (1860-1869)

Abstract: This article purpose is to analyze the female cartomancers' actuation in Rio de Janeiro during the 1860s, comprehending their activities simultaneously as magical and religious practices, which were anchored in the period's social context and as an opportunity to acquire some earning to guarantee their daily expenses management or to complement their income. Therefore, editions of journals that circulated during the period analyzed were investigated in order to observe how those women were inserted into the Rio de Janeiro's society during the ninetieth century's latter half, how they developed strategies to promote their services, concomitantly creating a representation about themselves, and in which type of questions those cartomancers acted.

Keywords: Cartomancy. Women. 19th Century. Rio de Janeiro.

COMERCIANTES DE LO SOBRENATURAL: UN ESTUDIO SOBRE MUJERES CARTOMÁNTICAS EN EL RÍO DE JANEIRO IMPERIAL. (1860-1869)

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar el papel de las mujeres cartománticas en Río de Janeiro en la década de 1860, comprendiendo sus actividades simultáneamente como prácticas mágico-religiosas basadas en el contexto social de la época y como una oportunidad para obtener dinero para su sustento diario o para complementar su renta. Con este fin, se investigaron las ediciones de periódicos que circulaban en ese momento, como *Jornal do Commercio* y *Diario do Rio de Janeiro*, con el objetivo de observar con qué clase de problemas actuaron las cartománticas, cómo se insertaron en la sociedad de Río durante la segunda mitad de 1800 y cómo desarrollaron estrategias para promocionar sus servicios, creando simultáneamente una representación sobre ellas mismas.

Palabras clave: Cartomancia. Mujer. Siglo XIX. Rio de Janeiro.

Referências

Fontes primárias

1. Periódicos

Correio Mercantil

Edição 175, 25 de junho de 1868.

Edição 304, 05 de novembro de 1868, p.2.

Diário do Rio de Janeiro

Edição 175, 28 de junho de 1861, p.4.

Jornal do Commercio

Edição 277, 07 de outubro de 1861, p.1.

Edição 308, 06 de novembro de 1864, p.3.

Edição 050, 20 de fevereiro de 1866, p.2.

Edição 077, 19 de março de 1866, p.4.

Edição 273, 03 de outubro de 1867, p.3.

Edição 217, 05 de agosto de 1868, p.3.

Edição 112, 25 de abril de 1869, p.4.

Edição 024, 24 de janeiro de 1869, p.3.

Edição 091, 02 de abril de 1869, p.4.

Edição 097, 08 de abril de 1869, p.3.

Edição 106, 17 de abril de 1869, p.4.

Edição 166, 16 de junho de 1869, p.3.

Edição 351, 21 de dezembro de 1869, p.7.

Edição 205, 27 de julho de 1870, p.7.

Edição 218, 09 de agosto de 1870, p.3 e p.9.

Edição 220, 11 de agosto de 1870, p.7.

Edição 297, 28 de outubro de 1870, p.3.

2. Outros

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, parte 1.

IBGE, **Recenseamento do Brazil em 1872**, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d.

Bibliografia

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1868.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000257.pdf>> Acesso em: 02/04/19

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, v.30, n.87, 2016.

BARBOSA, Giselle Machado; PIMENTA, Tânia Salgado. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, p. 485-510, 2016.

BAUDELAIRE, C. Poema do Haxixe. IN: **Paraísos Artificiais**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

BERGAMINI, Atílio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.35, n.71, p.115-136, 2017.

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CASSOLI, Marileide Lázara. **Arranjos de vida: escravidão e liberdade nos tribunais de Mariana, Minas Gerais**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DANTAS, Rodrigo Aragão. Dinâmica dos barbeiros-sangradores na segunda metade dos Oitocentos. In: **XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio**,

2010, Rio de Janeiro. XIV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio, 2010

DARNTON, Robert. **Mesmerism and the End of the Enlightenment in France**. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

DAVENPORT-HINES, R. **The pursuit of oblivion: A Global History of Narcotics (1500-2000)**. London: Weidenfeld & Nicolson. 2012

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de Curar. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

LIMA, Henrique E. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, Dec. 2005.

MINOIS, Georges. **História do futuro: Dos profetas à prospectiva**. São Paulo: Editora Unesp. 2016.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. **Hist. cienc. Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, p. 67-92, 2004 .

_____. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **Hist. cienc. Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, out. 1998 .

PORTELA, Rodrigo; COSTA, Vinícius Lara da. O Moderno Espiritualismo: uma reflexão sobre a produção de sentidos religiosos na modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano XI, n.33, jan. /abr., 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. IN: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. IN: CHALHOUN, Sidney et. al (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VERONESE, Michelle. **De silêncios e resistências: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do espiritismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VILELA, Heloisa de Oliveira Santos. Normalistas históricas, professoras comportadas: A construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX. **Dimensões**, n.23, p.67-82, 2009.

WEISBERG, B. **Falando com os mortos: as irmãs americanas e o surgimento do espiritismo**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2011.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. A mercantilização da magia na urbanização de São Paulo (1910-1940). **Revista de História** 150, p.11-39, 2004

_____. **Ritos de magia e sobrevivência: Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SOBRE A AUTORA

Kathleen de Oliveira Maia é mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Recebido em 07/08/2020

Aceito em 08/10/2020